



**XI Congresso Internacional Matéria-Prima
Agir e Interagir na Educação Artística, hoje
Universidade Lusófona, 26.10.2024**

**Revisitar a Revolução de Abril, 50
anos depois. A utopia da Educação
como projeto de Justiça Social**

António Teodoro

CeiED, U. Lusófona

a.teodoro@ulusofona.pt



A vida, por vezes, permite-nos a participação em momentos únicos na história de um povo. Em 1974, era um jovem oficial da Marinha, cumprindo o serviço militar obrigatório na Reserva Naval. Ao mesmo tempo, numa situação (semi)clandestina, era ativista dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente, movimento que esteve na origem da criação dos sindicatos dos professores, e militante da CDE, tendo integrado a Comissão Nacional (e a Comissão Organizadora da secção de Educação, Cultura e Juventude) do Congresso da Oposição Democrática de Aveiro (Abril de 1973), onde se aprovaram as bases programáticas que o Movimento das Forças Armadas (MFA) veio a adotar, praticamente, como Programa da Revolução de Abril.

Nos primeiros dias e meses após a Revolução do 25 de Abril dividi o meu tempo entre a condição militar e a militância política e cívica. No plano militar, integrei durante uns curtos meses a Comissão de Extinção da PIDE-DGS, o que me permitiu, nomeadamente, um conhecimento circunstanciado dos modos de vigilância e repressão do movimento estudantil por parte da polícia política da ditadura. No plano cívico e político, participei ativamente na criação do movimento sindical dos professores, tendo sido eleito para a Comissão Instaladora e depois para a primeira Comissão Diretiva do que veio a ser o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).

No início de Outubro de 1974, após a tomada de posse do II Governo Provisório, fui convidado por Rogério Fernandes para a sua equipa da Direção-Geral do Ensino Básico, trabalhando diretamente com José Salvado Sampaio. Na qualidade de Inspetor-Chefe do Ensino Primário, trabalhei então num amplo programa de reformas até Maio de 1975, data em que retornei à minha condição de Tenente na Marinha para integrar um serviço dependente do Conselho da Revolução. Em Julho de 1976, *normalizada* a Revolução, pedi a minha passagem à disponibilidade, retornando à condição de professor, que nunca verdadeiramente abandonara.

A Construção Política da Educação

Estado, mudança social e políticas educativas
no Portugal contemporâneo



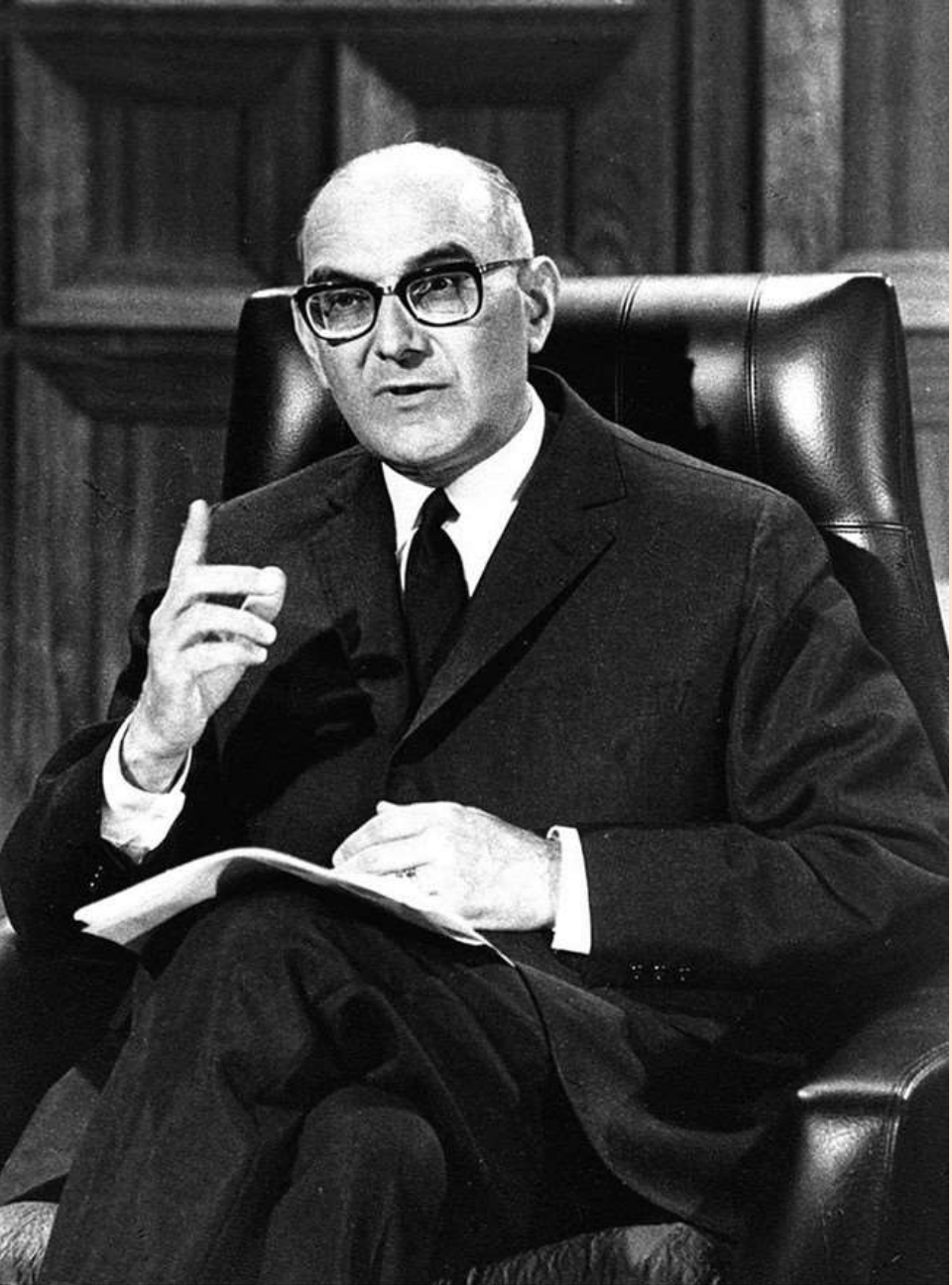
Edições
Afrontamento

- O que direi a seguir situa-se entre a memória de ator privilegiado e a de cientista social que realizou pesquisa aprofundada sobre esse período determinante da história recente de Portugal (e.g., Teodoro, 1999, 2001, 2002)



Estado Novo (1926-1974)

- Nascido de um golpe de Estado militar em 1926
- Ganhou uma forma duradoura e hábil em torno do seu fundador, **António de Oliveira Salazar**
- Copiou e adaptou muitas das estruturas e formas de atuar dos facismos europeus
- Sobreviveu à II Guerra Mundial e à vitória dos Aliados em 1945
- Iniciou uma guerra colonial ao recusar o direito à autodeterminação dos povos.
- Utilizou a arte de “saber durar” (Salazar) como ninguém.



- **Da Primavera ao Inverno Marcelista (Setembro 1968 - Abril 1974)**

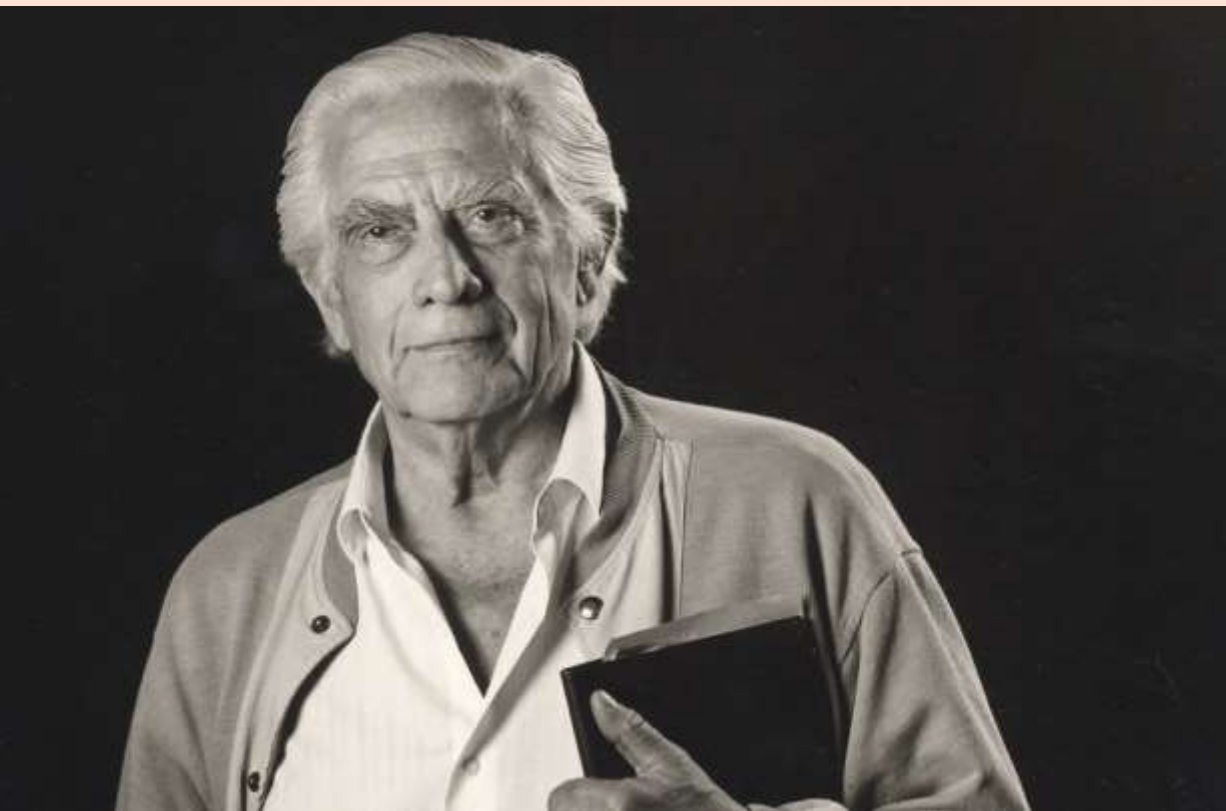
Um lema:

Renovação na continuidade

Uma bandeira:

A reforma de ensino de José Veiga Simão

Uma incapacidade de se reformar e de encontrar uma saída para a guerra colonial e para a democratização do país.



Unidade da Oposição Democrática

- Congresso de Aveiro - Abril de 1973
- Criação do PS
- Reunião de Paris entre **Álvaro Cunhal** e **Mário Soares**



24 de Setembro de 1973

A Assembleia Nacional Popular da Guiné proclamou unilateralmente, em Madina do Boé, às 9h55 de 24 de setembro, a independência da República da Guiné-Bissau.

- Movimento dos Capitães
- Reuniões em Bissau
- 1973:
 - 136 oficiais no ativo
reunem-se num monte
alentejano
- Março de 1974: Alargamento à
Marinha e Força Aérea
- Transformação em Movimento
das Forças Armadas
- Operação 'Fim do Regime'



António Pedro Vasconcelos
<https://www.rtp.pt/programa/tv/p45598>





25 de Abril

**Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo**

Sophia de Mello Breyner Andresen, 'O Nome das Coisas'

Protocolo do MFA

“O movimento das Forças Armadas não colaborará na instauração de uma ditadura militar no País, mas lutará pela implantação em Portugal de uma democracia política”.

Programa do MFA

- Democratizar
- Descolonizar
- Desenvolver

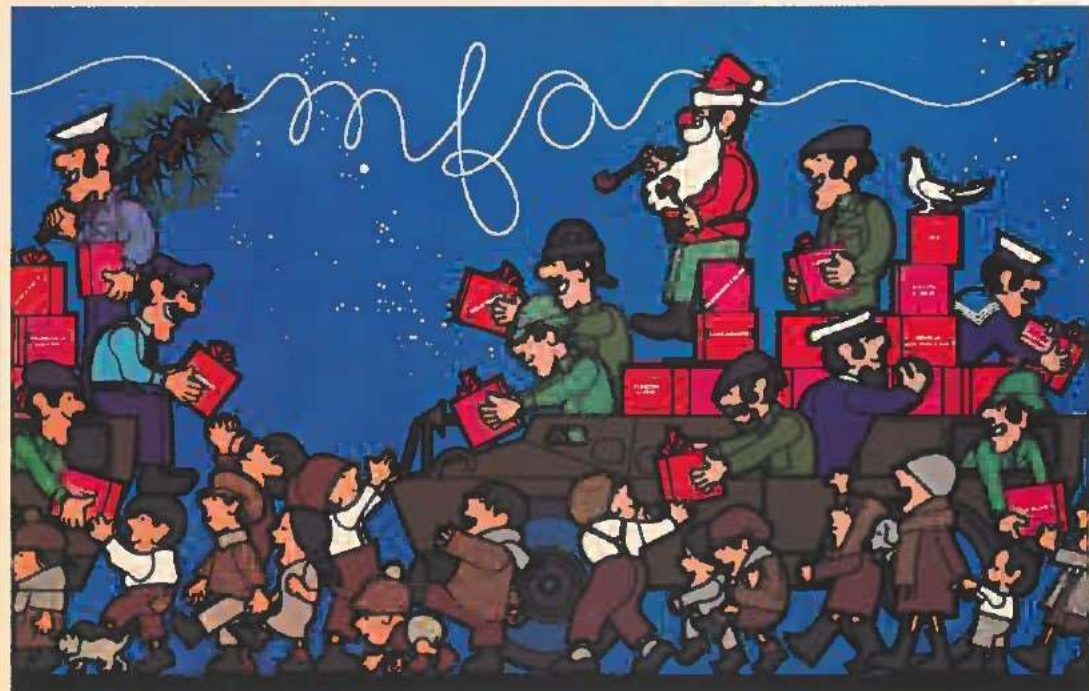
De um golpe de Estado militar a uma "revolução social", ou como ficou consagrado, um "processo revolucionário"

- A Revolução Portuguesa iniciou-se por um golpe de Estado conduzido por jovens militares organizados no Movimento das Forças Armadas (MFA), que não viam qualquer saída para uma guerra conduzida nas colónias africanas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.
- Mas transformou-se rapidamente numa revolução social, fruto de uma aliança do Povo com o MFA, construindo o que Robert Fishman designa por 'democracia pós-revolucionária', que teve numa prática radicalmente democrática o seu elemento diferenciador - e transgressor, relativamente a outros processos de transição democrática posteriores (Fishman 2019).
- Sinais:
 - O golpe não foi realizado pela hierarquia militar
 - A adesão popular às ações militares do dia 25 de Abril e dias subsequentes
 - A declaração do 1.º de Maio, dia do Trabalhador, como feriado nacional

MFA, POVO



POVO, MFA



Notaf. 1974

De presentes das lojas Abertas

A CULTURA É A
LIBERDADE
DO POVO

democracia
trabalho
caso
Dez

PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL. M. F. A.

(...) Portugal vivia então um desses períodos tão raros nas vidas de todas as sociedades, um período onde tudo parece possível e ao alcance de cada um. Uma vez derrubado o fascismo - o que tinha parecido o cúmulo do impossível - tudo o resto se tornava realizável e todos se apressavam a resolver de uma vez para sempre os sofrimentos tradicionais da população portuguesa.

- Alberto Melo (1979, p. 278-279) .

E a Educação?

- Uma síntese:

No domínio específico da Educação, a Revolução permitiu uma nova centralidade para as questões educativas, remobilizando as aspirações de acesso meritocrático aos diferentes níveis de escolaridade e abrindo novas frentes nos planos da participação na gestão escolar e da reformulação das estruturas e conteúdos educativos. No período de crise revolucionária, para além de ser palco de aceras lutas políticas, a educação tornou-se um terreno privilegiado de legitimação da nova situação democrática, procurando mostrar (não apenas ao nível do discurso) uma mudança radical face às anteriores políticas obscurantistas da Ditadura. Se nos primeiros momentos após o movimento militar a ideia era dar continuidade à "reforma educativa" delineada no último governo da ditadura, não tardaria a dar-se passos no sentido de tentar elaborar um programa que, no campo da educação, respondesse ao objetivo, então amplamente consensual no discurso político, de construir "uma sociedade a caminho do socialismo", para usar a expressão consagrada na primeira Constituição da República, de abril de 1976.

Dois ângulos de análise para a história deste período (1974-1976)

- As mudanças impostas a partir da periferia do sistema, ou seja, a partir dos movimentos populares, dos professores, dos estudantes, dos trabalhadores do campo e das fábricas
- As mudanças conduzidas a partir do centro do poder político (Governos Provisórios) e da administração da Educação (Direções-Gerais do Ministério da Educação)

Mudanças a partir da periferia

- (i) Destituição dos diretores e reitores das escolas e eleição de novos Conselhos Diretivos, movimento que veio a originar a **Gestão democrática das escolas**
- (ii) Eleição das Comissões Instaladoras dos **Sindicatos dos Professores** e dos delegados sindicais nas escolas antes de qualquer legislação. Sindicatos únicos (da educação pré-escolar à universidade, do público e do privado), de base regional
- (iii) Criação de **creches e jardins de infância populares**, acompanhando o processo de emancipação feminina nos meios populares (ilhas do Porto, camponesas do Norte)
- (iv) Campanhas de **Alfabetização** levadas a cabo pelo

Mudanças a partir do centro

Revolução e utopia. Um programa de acção no campo educativo para uma sociedade a caminho do socialismo - Portugal 1975

Programa de ação do Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) do IV Governo Provisório

Revista Lusófona de Educação, 10, 2007

[file:///Users/antonioteodoro/Downloads/643-Texto%20do%20artigo-2283-1-10-20090716%20\(1\).pdf](file:///Users/antonioteodoro/Downloads/643-Texto%20do%20artigo-2283-1-10-20090716%20(1).pdf)

Ensino básico

- A ação global da Direcção-Geral do Ensino Básico, a partir do 2.º Governo provisório, tem sido, em geral, apontada como respondendo a estas preocupações e orientações, nomeadamente nos campos da **reestruturação do ensino primário**, com a organização deste ciclo de ensino em fases e a elaboração de novos programas (os chamados programas ‘cor de laranja’), e da **reforma das Escolas do Magistério Primário**. O objetivo assumido era o de combater, na própria instituição educativa, os efeitos socialmente penalizadores do **insucesso escolar** e de, na tradição sergiana, afirmar uma **nova concepção do papel do professor**.

Ensino secundário unificado

- A criação do ensino secundário unificado (ESU) constituiu, seguramente, o mais paradigmático dos projetos assumidos pelo IV Governo - e, continuado, no essencial, pelos V e VI Governos provisórios, onde os princípios e orientações defendidos nesse documento puderam ser aplicados. Integrando a decisão do lançamento do ESU nas tendências do desenvolvimento educativo europeu e inscrevendo-a numa linha de sucessivas medidas de política tentadas a partir do início dos anos 1970, Rui Grácio (1985) apresenta **três finalidades transparentes para a unificação do primeiro troço do ensino secundário**. A primeira, era a de "adiar para os quinze anos a escolha do rumo escolar que no sistema antecedente teria de fazer-se aos doze", adiando desse modo "a localização no campo repartido pela divisão social do trabalho" (p. 106). A segunda, era a de romper com a dualidade ensino liceal - ensino técnico, "dualidade que no contexto político-social vigente exprime, ao mesmo tempo que reforça, não apenas a dualidade trabalho intelectual - trabalho manual, mas também, correlativamente, a dualidade dominante - dominado" (p. 107). A terceira, articulada com as duas anteriores, pretendia romper com a dualidade escola - comunidade, educação formal - educação não formal, pois, como explicava Grácio (1985, p. 107) era uma dualidade que empobrecia "os dois termos do binário".

- Segundo Grácio (1985), o currículo construído e as orientações didáticas estabelecidas procuraram levar à prática essas orientações, particularmente em três domínios: na **organização integrativa das ciências concernentes ao mundo natural e ao mundo social**, nos objetivos dos Trabalhos Oficiais, diferentes das práticas oficiais do ensino técnico-profissional, e, sobretudo, através das atividades de Educação Cívica Politécnica.
- “A Educação Cívica Politécnica constitui uma área curricular inédita: de feição marcadamente interdisciplinar, é um espaço, no tempo de uma manhã ou de uma tarde, especialmente propício a reforçar a função social da escola, a sua articulação aos problemas da comunidade local e regional”.

- R. Grácio, 1985, p. 111

Universidade polivalente

- “Assim, o objectivo da nova política de ensino superior será a criação de uma "escola superior integrada", isto é, uma escola onde se professem todos os tipos de cursos, desde os cursos mais longos até aos cursos intercalados e extra-murais, sem que se introduza outra distinção entre os diplomados que não seja a derivada das aptidões profissionais, científicas ou culturais que adquirirem. De igual modo, as características institucionais das escolas devem ser as mesmas. O prestígio de cada instituição há-de ser somente aquele que derivar da qualidade do ensino, da investigação ou dos serviços aí realizados”.
- SEESIC, 1975, p. 25-26

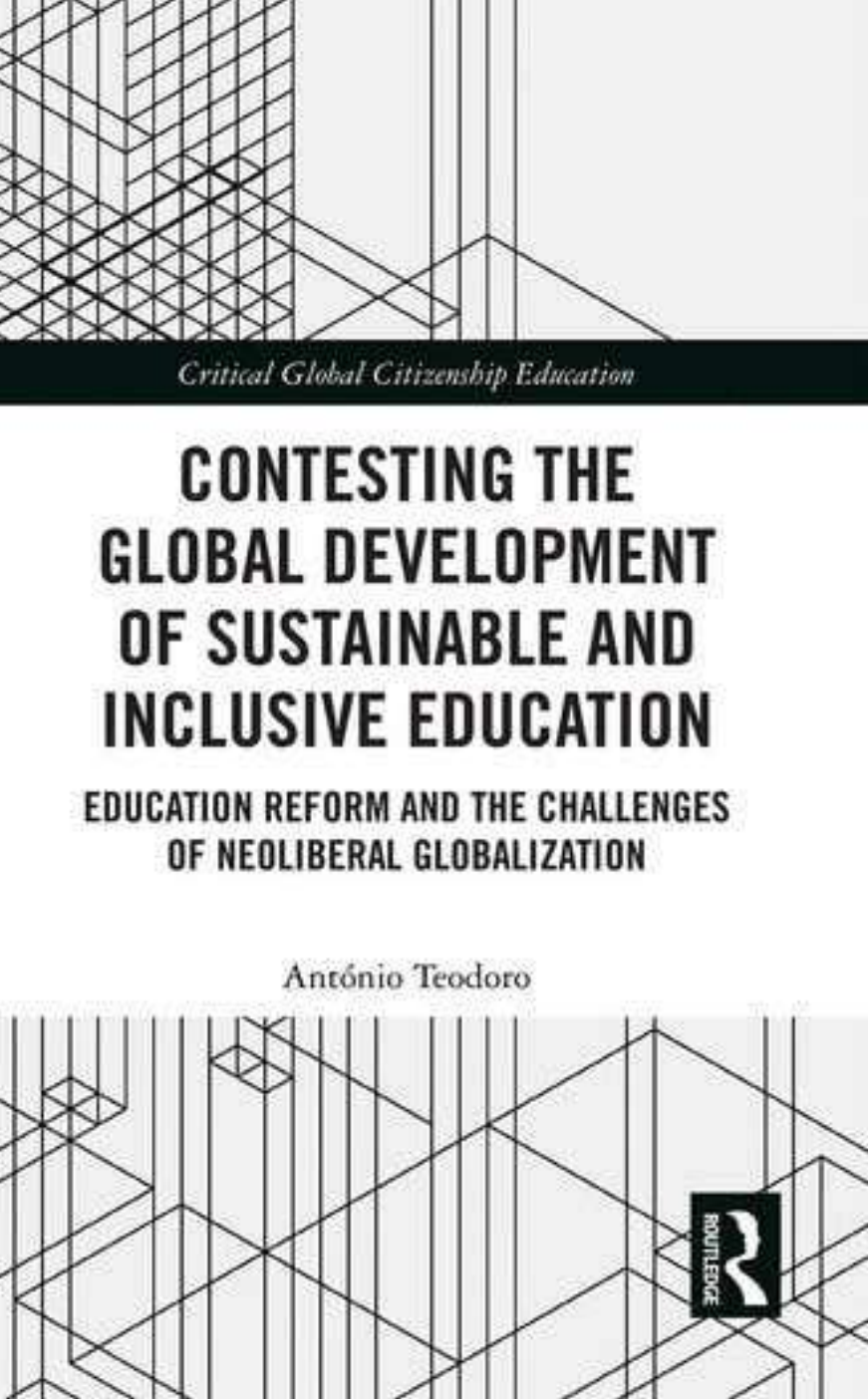
- Embora tenha sido a criação do **Serviço Cívico Estudantil (SCE)** a medida que, no plano da polémica e da luta política, mais mobilizou opiniões neste período, foi, todavia, no plano da estrutura institucional do ensino superior que se apresentou a maior rutura com a lei 5/73, que, recorde-se, previa o desenvolvimento do ensino superior segundo duas vias, institucionalmente distintas: uma, de duração longa, conduzindo à licenciatura e às pós-graduações, a realizar-se em universidades; outra, de duração curta, conduzindo ao bacharelato, em institutos politécnicos ou escolas normais superiores.
- Acusada essa estrutura dualista de "profundamente elitista", e prevendo que produzisse "enormes e irracionais distorções na procura do ensino superior", já que induziria as pessoas "a buscar os ramos mais prestigiados, ainda que socialmente menos úteis", defendia-se em alternativa uma escola superior integrada (SEESIC, 1975, p. 25), ou, na expressão feliz de Ana Maria Seixas (1991), uma **universidade polivalente**.

- Quase 50 anos depois, há muito trabalho a fazer, no levantamento documental, memorialístico e interpretativo. Este é um dos períodos mais ricos da nossa história, que marca indelévelmente o Portugal moderno que vivemos. Um desafio para as jovens gerações de investigadores.

Liberdade

Paz

Justiça Social



- Nestes tempos onde domina a fria linguagem dos rankings estabelecidos a partir do PISA (ou de outro international or national survey), se torna necessário o *reencantamento* das políticas de educação e das práticas educativas, onde se possa afirmar a igualdade e universalidade da condição humana, o direito de todos (e de cada um, na sua diversidade e unidade) a aprender (na infância e juventude mas também ao longo da vida), de fruição dos bens culturais e da beleza da arte, de paz e diálogo intercultural, de afirmação de uma cidadania global, de justiça social e de liberdade, de felicidade. Em que sejamos capazes de construir uma escola *mestiça e poliglota*, onde se possa afirmar, como na filosofia ubuntu, “eu sou porque nós somos”.



Obrigado

E-mail:

a.teodoro@ulusofona.pt

Webpage:

<https://www.antonio-teodoro.ulusofona.pt/>

CeiED:

<https://www.ceied.ulusofona.pt/pt/equipa/integrados/antonio-teodoro>

Publicações:

<https://ulusofona.academia.edu/AntonioTeodoro>